

verídicos ou fictícios, todos humanos em sua realidade. No mesmo nível de rigor analítico encontramos, por exemplo, a identificação da noção de "desvio" no texto teatral de Nelson Rodrigues, bem como o acompanhamento da criação de estigmas e de sua justificação ideológica através do discurso frio e pretensamente neutro do saber que se constitui com a Medicina Legal entre nós. Por outro lado, o drama do estigmatizado pode se revelar tanto nas páginas de um romance realista (*O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo), quanto nos autos do processo criminal-psiquiátrico que terminou por excluir Febrônio Índio do Brasil do convívio com os "normais".

Em "O dizer e o fazer da linguagem" são investigadas as manifestações da nacionalidade e de nacionalismo obtuso em diversos momentos da evolução da língua "pátria". Sim, porque a linguagem é uma forma de representação, uma ideologia (pág. 13). As fronteiras lingüísticas delimitam também as fronteiras que separam a suspeição etnocêntrica do acolhimento fraterno.

Mas o saber dos homens não é só erudito. É também mágico e empírico: na Ilha dos Búzios, garantem os informantes, o sol reproduz regularmente seus movimentos, e nada parece abalar a convicção de que possa haver outro sistema que não o geocêntrico.

Refletir sobre a Cultura, portanto, é pensá-la em sua diversidade, considerando a riqueza e a pluralidade de suas manifestações. É o que realiza *Caminhos Cruzados*, conduzindo-nos através do surpreendente universo do simbólico, iluminando os "desvios".

Renato da Silva Queiroz

\*

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ: *História do Cangaço*. São Paulo, Editora Global, 1982 (Série História Popular nº 11). 75 p.

Num volume pequeno, de setenta e cinco páginas, Maria Isaura consegue tratar do fenômeno do cangaço de forma simples, direta, mas com grande rigor metodológico. Preliminarmente, na "Conversa com o Autor", ela nega que o cangaço tivesse sido um movimento social, por lhe ter faltado "consciência dos problemas vividos numa estrutura sócio-econômica e política injusta". A seguir, passa a historiar o surgimento do cangaço, circunscrevendo-o à região do chamado Nordeste seco.

Duas formas sucessivas de manifestação desse fenômeno são assinaladas: "O cangaço subordinado aos fazendeiros" e o "cangaço independente". A primeira manifesta-se no momento mais recuado em que se registra o termo "cangaço" — o ano de 1834 — e persiste até o final do Império. Apresenta-se intimamente vinculada à ação das facções políticas locais em que se desdobravam os dois partidos da época: o Conservador e o Liberal. Isso ocorria porque disputas e desentendimentos entre famílias

e parentelas eram captadas e potencializadas politicamente, levando a facção no poder a perseguir e executar como ilegais os bandos de capangas pertencentes à oposição. Nos casos, raros, em que se invertiam as posições políticas, ocorria a recíproca. Com a República, instaura-se a segunda forma, a do "cangaço independente", viabilizado pela redução e perda de poder, que ocorreram na região. Nesse segundo período é que surgem e se destacam os três cangaceiros mais famosos: Lampião, o de maior realce, cujo nome sintetiza o conceito de cangaço e cuja imagem passa a ser a máscara de cangaceiro. Sucessor de Antonio Silvino, que inaugura a forma independente de cangaço, Lampião assola o Nordeste, primeiro no bando de seu antecessor, já em 1917; mais tarde, como chefe de grupo próprio. Ele se mantém ativo e perseguido até 1938, só saindo de cena ao ser surpreendido e assassinado. O terceiro a ter realce é Corisco, que se inicia no bando de Lampião e subsiste a este. Em 1940, com a morte de Corisco, o cangaço chega ao fim, embora, como a Autora menciona, continuem até hoje a ocorrer, naquela região, matanças entre famílias em disputa, com o envolvimento de guarda-costas ou capangas, pistoleiros contratados para tocaias e revides.

A análise da estrutura sócio-econômica do Nordeste seco é procedida e dela são obtidas as razões de ser desse fenômeno de longa duração. As alterações históricas sofridas por essa estrutura e ocorridas com a passagem do século e com o advento da República não impedem, contudo, a persistência do cangaço, até 1940. Para esclarecer essa persistência na mudança, Maria Isaura penetra na análise da conjuntura rearticuladora das condições favoráveis ao cangaço.

Em termos de estrutura, é assinalado que os "troncos de parentelas, ora aliados, ora inimigos, vivendo em povoamento disperso" constituem o núcleo estrutural da região. Em tais grandes troncos se abrigavam "desde o fazendeiro abastado até o humilde morador, passando pelo vaqueiro, ligado ao chefe por parentesco de sangue muitas vezes, ou então por laços de compadrio, ou por sentimentos de gratidão". Os grupos sertanejos não enfrentavam "barreiras horizontais separando uma camada sócio-econômica de outra". Esses obstáculos "eram verticais, afastando um grande tronco de parentela de outro". Em cada tronco, a "solidariedade do parentesco" e a "afetividade das relações diretas e pessoalizadas" é que constituíam as interligações das "camadas sócio-econômicas". Tratava-se de "um conjunto de fatores estruturais de ordem econômica" de "simplicidade rudimentar" com pequena quantidade de empregos possíveis, levando "roceiros e moradores" a estabelecerem "um complemento sazonal para seus trabalhos", que constituísse "algum desafogo à sua pobre economia".

Maria Isaura menciona também toda uma aparelhagem político-administrativa vinda de fora e "crescendo no Sertão, como algo alienígena, pois era emanção do Governo Central". Só o apoio das grandes parentelas locais permitiu o funcionamento desse aparato, inicialmente. Além deste elemento positivo, um outro contribuiu para o surgimento do cangaço: a tendência à separação entre o aparato político-burocrático e os mandões locais. Aquele pretendendo autonomizar-se, resistia aos coronéis, que tudo faziam para dominar e manipular os meios institucionalizados.

Na análise conjuntural, a Autora assinala a crise do algodão (cujo mercado é recuperado por seu grande produtor, os Estados Unidos, com o fim da Guerra de Secessão). Também ocorre a crise do açúcar (com a modernização dos engenhos e o surgimento de usinas, do que resultam inúmeras famílias de produtores arruinadas). Com essas crises dá-se a perda da "possibilidade de trabalho temporário nessas lavouras" de que desfrutavam tantos foreiros e parceiros e sobrevém a perda de "mercado para seus produtos de roça". Estabelece-se um encadeamento entre a queda de "produção, menor ganho, rebaixamento do nível econômico, maior tempo livre para aventuras e conflitos". Nesse quadro, a lavoura da borracha brasileira fez da Amazônia (de 1870 a 1900), um "novo Eldorado" para a mão-de-obra nordestina. Mas durou pouco, pois já não representava nada em 1912.

A esse quadro conjuntural falta ainda acrescentar, como faz Maria Isaura, o grande crescimento demográfico conseguido principalmente com a eliminação dos surtos de varíola que dizimavam o sertão. Da coexistência das "crises econômicas do Nordeste, como região (...) com um surto demográfico" resultou o aumento da mão-de-obra disponível e o trancamento das "possibilidades de ter (a população) o suficiente para viver, determinando um abaixamento geral do nível de existência". Fazendeiros mais abastados, tanto quanto os médios, os sitiantes, os roceiros, os vaqueiros etc. viram-se arruinados. Então, as únicas oportunidades para o aproveitamento de tanta gente sem trabalho passaram a ser: o cangaço e a polícia (tanto a regular, quanto as "volantes" — grupos formados nas circunstâncias de combate a cangaceiros).

Em sua situação de perseguidos, os cangaceiros mantinham relações de alianças ou de confrontos com chefes políticos locais, com donos de propriedades grandes, médias ou pequenas e se aliavam até mesmo com as autoridades constituídas: as civís, como as religiosas (Padre Cícero do Joazeiro, principalmente). Nas alianças, como nas delações, tanto pesava a simpatia, como o temor e mesmo o interesse, pois o dinheiro entrava aí, tanto de parte dos cangaceiros, quanto da de seus adversários. Traições, reais ou suspeitadas, eram violentamente punidas com represálias que ultrapassavam o assassinato do culpado direto e envolviam seus familiares e bens pessoais — plantações, gado...

Outro dado interessante é que, durante o período do "cangaço subordinado aos fazendeiros" não entrou mulher nos bandos, coisa que se iniciou de forma regular a partir de Lampião, que se fez acompanhar de Maria Bonita, depois que esta preferiu deixar o marido para seguir o cangaceiro. Ela e outras que seguiram seu exemplo, como Dadá, chegaram a lutar juntamente com seus companheiros, pois levavam vida igual, errantes pelas caatingas, combatendo ou fugindo.

Maria Isaura enfrenta, ao final, a questão do cangaceiro mitificado. Ela situa essa disposição a partir dos anos cinquenta, lembrando o papel que desempenhou, a propósito, o jornalista Assis Chateaubriand, que criou a "Ordem do Cangaço" com a qual pretendia "premiar brasileiro que tivesse dado provas, em feitos, de seu amor à pátria e estrangeiros que demonstrassem seu devotamento ao Brasil". Essa inicia-

tiva não frutificou, mas o aproveitamento dos cangaceiros como meio de “afirmação da identidade nacional, no momento em que se intensificava no País, o processo de industrialização do Sul” tinha aparente correspondência com “uma espécie de sobressalto compensatório do patriotismo nativo diante da subordinação paulatina da economia do País aos meios técnicos e aos capitais vindos do estrangeiro”. E, quanto mais avançava o capital, mais esse sobressalto se compensava “ao nível do imaginário”. Nas artes dos anos cinquenta está disseminada a “utilização do tema do cangaço — na pintura, na gravura, na literatura, no cinema, no teatro”. É curioso observar que, enquanto na literatura de cordel, a figura do cangaceiro é vista com mais objetividade, sem omissão de seus defeitos, de suas grandes maldades, nestas outras formas do imaginário a perspectiva ora mescla, ora separa “os temas dominantes do herói humano e justiceiro e do nacionalismo”. Para a Autora essa “mitologia dos bandidos-heróis” estava subjacente a “uma tomada de consciência dos problemas mais cruciais da atualidade brasileira” por parte das “elites intelectuais e artísticas”.

Vale a pena transcrever essas penetrantes palavras de Maria Isaura, quando afirma que “a transformação da figura do cangaceiro em símbolo nacional — interpretação hoje largamente difundida no País — expressa “a dialética persistente entre nacionais e estrangeiros, entre pobreza e riqueza, entre o Norte e o Sul do País”. Seria então o cangaceiro elemento de uma apreciação subjetiva dos problemas e não “uma tomada de consciência” deles.

Teófilo de Queiroz Jr.

\*

LÉLIA GONZALEZ E CARLOS HASENBALG: *Lugar de Negro*. Editora Marco Zero Ltda., Rio de Janeiro, 1982. Coleção 2 Pontos, 115 p.

Terceiro volume da Coleção 2 Pontos, que pretende colocar em discussão temas atuais e polêmicos da nossa realidade, *Lugar de Negro* divide sua autoria entre Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg.

À primeira, conhecida militante do movimento negro, professora de Antropologia e de Cultura Popular Brasileira, licenciada em Filosofia e História e mestre em Comunicação, cabe a análise, ou antes, um depoimento sobre “O movimento negro na última década”.

Começando por dar um panorama geral das conseqüências do golpe militar de 1964 e do estabelecimento de um novo modelo econômico que afeta diretamente a população negra, quais sejam, condições de existência material péssimas e defrontação constante com a repressão policial, a autora segue explicando que o enfoque a ser adotado designa alguns traços que considera importantes para a compreensão do Movimento Negro, colocado no singular porque aponta para algo específico em-